

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	622/XIV/2.^a
Proponente/s:	Cinco Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP
Título:	Cria a licença parental pré-natal e o subsídio parental pré-natal, procedendo à 18. ^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à 5. ^a alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril e à 7. ^a alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?	NÃO Nos termos do artigo 7.º, a iniciativa entra em vigor com o Orçamento do Estado subsequente à sua aprovação, pelo que não envolve, no ano económico em curso, qualquer aumento das despesas ou diminuição das receitas
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se
A iniciativa encontra-se agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?	Não
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Trabalho e Segurança Social (10. ^a)
Conclusão: A apresentação desta iniciativa parece cumprir os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Data: 8 de janeiro de 2021

A assessora parlamentar,
Maria Nunes de Carvalho